

# A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM ORAL SOBRE A PRÁTICA DA ESCRITA NA PRODUÇÃO DE TEXTOS

ANDRADE, Monalisa Kelly Santana  
[monalisa\\_andrade@hotmail.com](mailto:monalisa_andrade@hotmail.com)

SILVA, Jocélia Ribeiro da  
[jocellya@yahoo.com.br](mailto:jocellya@yahoo.com.br)

ARAUJO, Maria José de Azevedo.  
Graduada em Pedagogia e Mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe, professora do curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT.  
[azevedo1956@bol.com.br](mailto:azevedo1956@bol.com.br)

## RESUMO

O nome Latim é atribuído à língua falada pelos primeiros habitantes de Roma, que formavam na sua origem, uma sociedade voltada quase que exclusivamente para o trabalho agrícola. Portanto, era natural que este povo tivesse um vocabulário restrito a palavras de significação concreta. Este artigo tem como base teórica, a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Investigou-se o tema para compreender o processo de evolução do latim, enquanto língua falada pelos primeiros habitantes de Roma, até a formação da língua portuguesa, inserida no grupo das línguas românicas ou neolatinas, que constituíram o grupo de idiomas que evoluíram a partir do latim vulgar. Além de expor a importância em torno da aquisição da linguagem, enfatizando a relação entre oralidade e escrita. Para isso, é necessário analisar a influência do latim e sua sujeição a constantes modificações mostrando as diferenças contidas de uma região para outra e de que maneira estas resultaram no aparecimento de outras línguas que, mais tarde, deram origem ao português falado e escrito. Assim, é possível comprovar que o preconceito estabelecido pela sociedade, quando esta atribui o certo ou o errado à língua é algo equivocado e que deve ser extinto. O que determina tais mudanças são as diferenças culturais presentes nas diversas regiões, fazendo do português, uma língua viva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Latim, Português, Oralidade, Escrita.

## **ABSTRAT**

The Latin name is attributed to a language spoken by the first inhabitants of Rome, which formed in their origin, a society focused almost exclusively for agricultural work. So it was natural that these people had a vocabulary limited to words of practical significance. This article is based on theoretical, a qualitative bibliographical research. It was investigated the subject to understand the process of evolution of Latin as a language spoken by the first inhabitants of Rome, until the formation of the Portuguese language, inserted in the group of Romanic languages or Neolatinas, which formed the group of languages that evolved from Latin vulgaris. Besides exposing the importance surrounding the acquisition of language, emphasizing the relationship between orality and writing. It is thus necessary to analyze the influence of Latin and its subjection to constant changes, showing the differences from one region to another and that way they resulted in the appearance of other languages that later gave rise to the spoken and written Portuguese. Thus, it is possible to prove that the prejudice established by the society, when it attaches right or the wrong to the language is something wrong and must be terminated. What determines such changes are cultural differences present in different regions, making the Portuguese, an alive language.

**KEYS-WORD:** Latin, Portuguese, Orality, Writing.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como base compreender o processo de evolução do latim, enquanto língua falada pelos primeiros habitantes de Roma, até a formação da língua portuguesa, inserida no grupo das línguas românicas ou neolatinas, que constituíram o grupo de idiomas que evoluíram a partir do latim vulgar. Além de expor a importância em torno da aquisição da linguagem, enfatizando a relação entre oralidade e escrita.

Para isso, é necessário analisar a influência do latim e sua sujeição a constantes modificações, mostrando as diferenças contidas de uma região para outra e de que maneira estas resultaram no aparecimento de outras línguas que, mais tarde, deram origem ao português falado e escrito. Assim, é possível comprovar que o preconceito estabelecido pela sociedade, quando esta atribui o certo ou o errado à língua, é algo equivocado e que deve ser extinto, pois o que

determina tais mudanças são as diferenças culturais presentes nas diversas regiões, que fazem do português uma língua viva.

## O LATIM

### 1.1 Latim: Clássico e Vulgar

O nome Latim é atribuído à língua falada pelos primeiros habitantes de Roma, que formavam, na sua origem, uma sociedade voltada quase que exclusivamente para o trabalho agrícola. Portanto, era natural que este povo tivesse um vocabulário restrito a palavras de significação concreta.

Ao entrar em contato com duas civilizações urbanas, a etrusca e a grega, o povo romano lançou mão do empréstimo lingüístico para enriquecer e desenvolveu seu idioma, adaptando seu vocabulário assim como o sentido ou a forma das palavras latinas a modelos gregos.

Com a expansão do Império Romano e à medida que este conquistava novos territórios, o latim se transformava e se modificava ao entrar em contato com outros povos e novas civilizações. Com a conquista da Grécia, da qual os romanos herdaram costumes, religião e especialmente a filosofia, surgem no latim os sentidos abstratos exigidos para a tradução do complexo pensamento grego. Assim, conforme a civilização romana adquiria mais refinamento, refinou-se também a língua.

Ao se tornar uma língua complexa e com normas gramaticais, o latim se distanciava cada vez mais da realidade da língua falada pela população, que se achava bastante diferenciada devido à diversidade de etnias e de culturas que faziam parte do Império Romano, sem contar que apenas uma pequena elite social tinha acesso à língua escrita. Portanto, com o aprimoramento da

língua, formaram-se, dentro do latim, dois tipos de língua: o Latim Clássico e o Latim Vulgar. Vale ressaltar que estas não eram duas línguas distintas, mas duas modalidades da mesma língua.

O latim clássico era a língua escrita, usada nas obras dos poetas e escritores. Era a língua das pessoas cultas que constituíam uma pequena elite da sociedade romana. No latim clássico, há um rígido apuro gramatical e uma grande preocupação com a escolha do vocabulário.

Esta modalidade do latim foi preservada graças ao trabalho árduo dos copistas da Idade Média, que despertou também o interesse de estudiosos de todos os tempos e em particular os Humanistas da Idade Média.

Latim vulgar era a língua falada nas províncias ocidentais do império Romano, primeiramente pelas camadas inferiores da sociedade romana, os plebeus, e, com o passar do tempo, por todo o Império Romano. Era a língua daqueles que não tinham acesso à educação, para os quais as normas gramaticais e a pureza da língua não tinham grande valor.

A diferença entre o latim clássico e o latim vulgar não é cronológica e nem está relacionada à escrita. A diferença não é outra senão social. As duas línguas refletem as diferenças culturais da sociedade romana. O latim clássico pertencente à elite, fechada e conservadora e o latim vulgar pertencente a uma classe social aberta às mudanças e às novas influências.

## **1.2 Do Latim Vulgar ao Português**

O Português pertence ao grupo das línguas românicas ou neolatinas, que constituem grupos de idiomas que evoluíram a partir do latim vulgar e que foram levados à Península Ibérica por volta do século II a.C. como consequência das conquistas políticas do Império Romano. Sua origem está na língua das classes populares de Roma, e não na literatura.

A partir da invasão árabe na península, houve uma interferência, não só na língua, como também em outros idiomas. Entretanto, o português conhecido e falado hoje não era igual ao daquela época. Houve uma evolução da língua, até chegar ao estágio atual, mas antes dela, havia uma antecessora, o galego-português.

Com a expulsão dos árabes para o sul da península, estes tiveram contato com os latinos, originando os dialetos moçárabes. Estes, por sua vez, se incorporaram ao galego-português, dando origem aos primeiros traços do português conhecido. Somente no século XVI apareceram as primeiras gramáticas definindo as estruturas morfológicas e sintáticas da língua e, mais tarde, as primeiras obras literárias, a exemplo de *Os Lusíadas*, afirmando a estrutura da língua que hoje é falada.

## **2 LÍNGUA E LINGUAGEM**

Linguagem é um conjunto complexo de processos resultado de certa atividade psíquica profundamente determinada pela vida social – que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer.

Usa-se também o termo para designar todo sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos. Desde que se atribua valor convencional a determinado sinal, existe uma linguagem.

A língua é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a língua é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. A utilização social da faculdade da linguagem e a criação da sociedade não pode ser algo imutável: ao contrário, tende viver em perpétua evolução paralela a do organismo social que a criou.

Falar sobre a peculiaridade expressiva própria de uma região e que não apresenta o grau de coerência alcançado pelo dialeto, caracteriza-se, do ponto de vista diacrônico, segundo Manuel Alvar, por ser um dialeto empobrecido, que tendo abandonado a língua escrita, convive apenas com as manifestações orais, podendo ainda se distinguir dentro dos falares regionais, os falares locais, que para o mesmo lingüista corresponderiam a subsistema idiomático de traços pouco diferenciados, mas com matrizes próprias dentro de estrutura regional a que pertencem e a cujos usos estão limitadas as pequenas circunscrições geográficas, normalmente com caráter administrativo.

## **2.1 Noção do Correto**

Uma gramática que pretenda registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção idiomática permitindo assim, um ligeiro desvio a respeito controvertido tema.

Os progressos dos estudos lingüísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e a latinizante estavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical enorme diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, nos dias atuais, violentas, não raro contaminadas de radicalismo ideológico.

Por outro lado, a idéia, sempre renovada, de que o povo tem o poder criador e a soberania em matéria de linguagem associa-se, naturalmente a outra - a de considerar elemento perturbador ou estéril a interferência da força conservadora ou repressiva dos setores cultos.

Contra essa concepção demolidora do edifício gramatical, pacientemente construído desde a época Alexandrina, com base na analogia, levantam-se alguns lingüistas modernos, procurando fundamentar a correção idiomática em fatores mais objetivos.

É evidente, no entanto, a existência de algo que justifica a correção, “algo comum para o que fala e para o que ouve”, e que lhes facilita a compreensão. Este elemento comum é a norma lingüística que ambos aceitaram de fora da comunidade, da sociedade, da nação.

Todo o comportamento social está regulado por uma norma a que devemos obedecer. Para ser correto, o mesmo sucede com a linguagem, apenas com a diferença de que as suas normas, de um modo geral, são mais complexas. Por isso e para simplificar as coisas, Otto Jespersen, lingüista dinamarquês, define o “lingüisticamente incorreto” ou, com suas palavras: “Falar correto significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem, equivale a desvio desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou forma”.

## **2.2 Dialectos Brasileiros**

Com relação ao extensioníssimo território brasileiro da língua portuguesa, a insuficiência de informações rigorosamente científicas sobre as diferenças de natureza fonética morfossintática e lexical que separam as variedades regionais nele existentes não permite classificá-la em bases semelhantes as que foram adotadas na classificação dos dialetos do português europeu. Deve-se reconhecer, contudo que a publicação de dois Atlas – o do estado da Bahia e o do estado de Minas Gerais – e a anunciada impressão do já concluído “Atlas dos falares de Sergipe”, bem como a elaboração de algumas monografias dialetais são passos importantes no sentido de suprir a lacuna apontada.

De acordo com Antenor Nascente, é possível distinguir dois grupos de dialetos brasileiros – o do Norte e do Sul – tendo em conta dois traços fundamentais:

a) A abertura das vogais pretônicas nos dialetos do Norte, em palavras que não sejam diminutivos nem advérbios em – mente pegar por pegar, correr por correr.



b) O que eles chamam um tanto impressionisticamente a “cadência”: Fala “cantada”, no Norte, fala “descansada”, no Sul.

A fronteira entre os dois grupos de dialetos passa por uma “zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país. Esta zona se estende mais ou menos da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, nos estado do mesmo nome”.

Em cada grupo há uma diversa variedade a que chama subfalares e enumera dois no grupo Norte:

- a) O amazônico
- b) O Nordeste

E quatro grupos no Sul:

- a) Baiano
- b) Fluminense
- c) O mineiro
- d) O sulista

Assinale-se, por fim, que as condições peculiares da formação lingüística do Brasil revelam uma dialetização que não parece tão variada e tão intensa como a portuguesa. Revelam, também, estas condições que a referida dialetização é muito mais instável que a européia.

### **3 ORALIDADE E LETRAMENTO**

#### **3.1 Oralidade e letramento como práticas sociais**

Hoje, é impossível investigar *oralidade* e *letramento* sem uma referência direta ao papel dessas duas práticas na civilização contemporânea. De igual modo, já não se podem observar

satisfatoriamente as semelhanças e diferenças entre *fala* e *escrita* sem considerar a distribuição de seus usos na vida cotidiana. Assim, fica difícil, se não impossível, o tratamento das relações entre estas últimas, centrando-se exclusivamente no código. Mais do que uma simples mudança de perspectiva, isto representa a construção de um novo objeto de análise e uma nova concepção de língua e de texto, agora vistos como um *conjunto de práticas sociais*.

Esta mudança de visão operou-se a partir dos anos 80, em relação aos estudos das três décadas anteriores em que se examinavam a oralidade e a escrita como opostas, predominando a noção de supremacia cognitiva da escrita dentro do que Street (1984) chamou de “paradigma da autonomia”.<sup>1</sup> Considerava-se a relação oralidade e letramento como dicotômica, atribuindo-se à escrita valores cognitivos intrínsecos no uso da língua, não se vendo nelas duas práticas sociais. Hoje, predomina a posição de que se pode conceber oralidade e letramento como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais.

O letramento, enquanto prática social formalmente ligada ao uso da escrita, tem uma história rica e multifacetada (não linear a cheia de contradições), ainda por ser esclarecida. Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanescentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e, O outro paradigma identificado por Street (1984) é o “ideológico”, que busca identificar as relações de poder e assimetrias sociais baseadas no domínio/predomínio da cultura escrita. Este paradigma não supera a dicotomia, mas analisa-a, dentro de uma perspectiva mais complexa, dando à ideologia um papel importante.

A avaliação social a elevou a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder. Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante.

### **3.2 Presença da oralidade e da escrita na sociedade**

A escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo direto com a oralidade. Estes contextos são, entre outros:

- *O trabalho*
- *A escola*
- *O dia-a-dia*
- *A família*
- *A vida burocrática*
- *A atividade intelectual*

Em cada um desses contextos, as ênfases e os objetivos do uso da escrita são variados e diversos. Inevitáveis relações entre escrita e contexto devem existir, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas, bem como terminologias e expressões típicas.

Na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Trata-se, pois, de não confundir seus papéis e seus contextos de uso, e de não discriminar seus usuários. Há quem equipare a alfabetização (domínio ativo da escrita e da leitura) com *desenvolvimento*.

Outros sugerem que a entrada da escrita representa a entrada do raciocínio lógico e abstrato. Ambas as teses estão cheias de equívocos e não passam de mitos. Mas é evidente que a alfabetização continua fundamental.

Eric Havelock comenta a tardia entrada da escrita na humanidade e sua repentina supervalorização com estas palavras:

O fato biológico-histórico é que o *homo sapiens* é uma espécie que usa o discurso oral, manufaturado pela boca, para se comunicar. Esta é sua definição. Ele não é, por definição, um escritor ou um leitor. Seu uso da fala, repito, foi adquirido por processos de seleção natural operando ao longo de um milhão de anos. O hábito de usar os símbolos escritos para representar essa fala é apenas um dispositivo útil que tem existido há pouco tempo para poder ter sido inscrito em nossos genes, língua pode ser transposta para qualquer sistema de símbolos escritos que o usuário da língua possa escolher em que isso afete a estrutura básica da língua. Em suma, o homem que lê, em contraste com o homem que fala, não é biologicamente determinado. Ele traz a aparência de um acidente histórico recente... (Marcuschi, 2005, p. 23.)

Refletindo sobre essas observações, Graff (1995) lembra que “a cronologia é devastadoramente simples”: enquanto espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 a.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje. E a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. Para a maioria dos estudiosos, a alfabetização, como fenômeno cultural de massa, pode ser quase ignorada nos primeiros 2.000 anos de sua história ocidental, pois ficou restrita a uns poucos focos.

É forçoso admitir que a escrita tenha hoje um papel muito diferente do que aquele que ela tinha em outros tempos e culturas. Portanto, a história do papel da escrita na sociedade e da própria relevância da alfabetização não é linear. Nem sempre ela teve os mesmos objetivos e efeitos. A este respeito, chega a ser surpreendente a posição de Graff (1995: 47) quando conclui que:

No mínimo, os dados do passado sugerem fortemente que modelos de alfabetização simplistas, lineares, do tipo “teoria da modernização”, como um pré-requisito para o desenvolvimento como um estimulante de níveis crescentes de escolarização, não são modelos apropriados.

A alfabetização tem alguns aspectos contraditórios. Pode ser útil ou preocupante aos governantes. Por isso, os que detêm o poder pensam que ela deveria dar-se de preferência sob o controle do Estado e nas escolas formalmente instituídas. Neste caso, o controle e a supervisão do Estado orientariam o ensino para seus objetivos. Isto sugere que a apropriação da escrita é um fenômeno “ideologizável”.

Não obstante a imensa penetração da escrita e as profecias de absoluto predomínio da escrita, a fala continua na ordem do dia. Nas palavras de Graff (1997: 37), é possível dizer:

A despeito das décadas nas quais os estudiosos vêm proclamando uma queda na difusão da cultura oral “tradicional”, a partir do advento da imprensa tipográfica móvel, continua igualmente possível e significativo situar o poder persistente de modos orais de comunicação.

O certo é que a oralidade continua na moda. Parece que hoje redescobrimos que somos seres eminentemente orais, mesmo em culturas tidas como amplamente alfabetizadas. É, no entanto, bastante interessante refletir melhor sobre o lugar da oralidade, seja nos contextos de uso da vida diária ou nos contextos de formação escolar formal.

#### **4. FALA E ESCRITA**

Muitas pesquisas têm sido realizadas ultimamente sobre a língua falada, quer nas ciências humanas, quer nas sociais, e, ainda que um número crescente de trabalhos compare-a com a modalidade escrita, pouco se sabe sobre elas.

Embora nas duas o sistema lingüístico seja o mesmo para a construção das frases, “as regras de sua efetivação, bem como os meios empregados, são diversos e específicos, o que acaba por evidenciar produtos diferenciados” (Marcuschi, 1986, p. 62)

Sociólogos, antropólogos, educadores, psicólogos e lingüistas têm se debruçado sobre o assunto e, diante de tanto interesse, era de se esperar que as características da fala e da escrita já tivessem sido analisadas exaustivamente, porém, se há muitos trabalhos, a concordância entre eles é pequena. A escrita tem sido vista como de estrutura complexa, formal e abstrata, enquanto a fala, de estrutura simples ou desestruturada, informal, concreta e dependente de contexto.

Historicamente, a escrita, sobretudo a literária, sempre foi considerada a verdadeira forma de linguagem, e a fala, instável, não podendo constituir objeto de estudo. Essa postura só começou a mudar no século passado, com Grimm na Alemanha e com Sweet e Jones na Inglaterra.

Esses estudos, porém, não resultaram em comparação entre fala e escrita, acentuando a especificidade de cada uma, mas a primeira é vista como primária e a segunda, como dela derivada. É assim que encontramos em autores deste século, como:

“A escrita é o simbolismo visual da fala” (Sapir, 1921, p. 19)

“A escrita não é a linguagem, mas uma forma de gravar a linguagem por marcas visíveis” (Bloomfield, 1933, p. 21)

“A comunicação escrita é derivada da norma conversacional face a face” (Fillmore, 1981, p. 153)

“A escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta” (1969, p. 11)

Há gramáticas que tratam das relações entre fala e escrita tendo como parâmetro a língua escrita. Esse fato tem gerado uma postura polarizada e, por vezes, preconceituosa. Segundo Marcuschi (1993: p. 63): “os gramáticos imaginam a fala como o lugar do erro, incorrendo no equívoco de confundir a língua com a gramática codificada”.

Parece consenso que a língua falada deve ocupar um lugar de destaque no ensino de língua. A motivação para que essa modalidade seja trabalhada com tal relevo se dá, de um lado, porque o aluno já sabe falar quando chega à escola e domina, em sua essência, a gramática da língua. Por outro, a fala influencia sobremaneira a escrita nos primeiros anos escolares, principalmente no que se refere à representação gráfica dos sons.

Como diz Biber (1988, p. 8):

Certamente em termos de desenvolvimento humano, a fala é o *status* primário. Culturalmente, os homens aprendem a falar antes de escrever e, individualmente, as crianças aprendem a falar antes de ler e escrever. Todas as crianças aprendem a falar (excluindo-se as patologias); muitas crianças não aprendem a ler e escrever. Todas as culturas fazem usos da comunicação oral; muitas línguas são ágrafas. De uma perspectiva histórica e da teoria do desenvolvimento, a fala é claramente primária.

## 5 A QUESTÃO DO ENSINO DA LÍNGUA

A língua falada é, no dizer de Marcuschi (1993, p. 10): “representa uma dupla proposta de trabalho: por um lado trata-se de uma missão para a ciência lingüística que deveria dedicar-se à descrição da fala e, por outro lado, é um convite a que escola amplie seu leque de atenção”.

Nesse sentido, a ciência lingüística vem dedicando, entre nós especial atenção ao estudo da fala, como atestam os volumes já publicados pelo grupo de Projeto da Gramática do Português

Falado no Brasil, coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, e os trabalhos de Estudos da Norma Urbana Culta do Brasil (Projeto NURC), especialmente do grupo de São Paulo, coordenado por Dino Preti.

Quanto à escola, não se trata obviamente de “ensinar a fala”, mas de mostrar aos alunos a grande variedade de usos da fala, dando-lhes a consciência de que a língua não é homogênea, monolítica, trabalhando com ele os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades – escrita e falada –, isto é, procurando torná-los “políglotas dentro de sua própria língua” (Bechara, 1985)

Reafirmando, com Castilho (1998, p. 13),

(...) não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita.

Na verdade, vem-se criando a consciência de que a oralidade tem um papel no ensino da língua e, nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que:

A questão não é falar certo ou errado, e sim saber que forma de falar utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa

Como já apontou Marcuschi (1997), a questão da oralidade é colocada como um problema de “adequação às diferentes situações econômicas”.

Nessa perspectiva, o ensino da oralidade não pode ser visto isoladamente, isto é, sem relação com a escrita, pois elas mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis.



## **6 A ORGANIZAÇÃO DA FALA E DA ESCRITA**

### **6.1 Fatores constitutivos da atividade conversacional**

Por conter um volume considerável de elementos pragmáticos (pausas, hesitações, alongamentos de vogais e consoantes, repetições, ênfases, truncamentos, entre outros), a língua falada foi considerada durante muito tempo, até meados da década de 1960, como o lugar do “caos”. Entretanto, com o surgimento dos estudos do texto, o enfoque vai deixando de fixar-se apenas no produto e se desloca para o processo. A linguagem deixa de ser vista como mera verbalização e passa a ser incorporada, nas análises textuais, a observação das condições de produção de cada atividade interacional.

Para os estudos da língua falada, torna-se fundamental analisar como se instaura a conversação. Esta é definida como atividade na qual interagem dois ou mais interlocutores que se alternam constantemente, discorrendo sobre temas próprios do cotidiano. Eles organizam sua fala em turnos, que se alternam sem uma disposição fixa, o que caracteriza o encontro em relativamente simétrico ou assimétrico.

Por relativamente simétrico, entende-se a conversação em que ambos os interlocutores têm o mesmo direito não só de tomar a palavra, mas também de escolher o tópico discursivo – aquilo acerca do que se está falando -, direcioná-lo, estabelecer o tempo de participação. Quanto ao relativamente assimétrico, ocorre um privilegiamento no que diz respeito ao uso da palavra, cabendo a um dos interlocutores começar o diálogo, conduzi-lo e, ainda, mudar o tópico.

Observa-se a ocorrência de um evento de fala num determinado tempo e situação social, seja face a face, por telefone, via internet entre outras. Além disso, é possível detectar-se um caráter interativo em toda a atividade conversacional, visto que ocorre um envolvimento entre os participantes numa dada situação.

Schegloff (1981, p. 73) caracteriza a conversação, apontando três elementos fundamentais: realização (produção). Interação e organização (ordem). O discurso conversacional deve ser então, considerado um processo que se realiza continuamente durante a interação e só assim é identificável. É na interação e por causa dela que se cria um processo de geração de sentidos, constituindo um fluxo (movimento de avanço e recuo) de produção textual organizado.

## **7 AS RELAÇÕES ENTRE A FALA E A ESCRITA**

Ao tratar da fala e da escrita, é preciso lembrar que estamos trabalhando com duas modalidades pertencentes ao mesmo sistema lingüístico: o sistema da Língua Portuguesa, com ênfase diferenciada em determinados componentes desse sistema. Assim, aquilo que se poderia considerar distinção corresponde meramente a diferenças estruturais.

Os pesquisadores têm encontrado várias razões para justificar tais diferenças entre a língua falada e a escrita. De modo geral, discute-se que ambas apresentam distinções porque diferem nos seus modos de aquisição; nas suas condições de produção, transmissão e recepção; nos meios através dos quais os elementos de estrutura são organizados.

Não é outro o pensamento de Akinnaso (1982, p. 113), ao afirmar que:

A escrita é essencialmente um processo mecânico, sendo necessárias a manipulação de um instrumento físico e a coordenação de habilidades específicas motoras e cognitivas. Assim, a escrita é complexa e irremediavelmente artificial, enquanto a fala é um processo natural, fazendo uso dos meios assim chamados órgãos da fala”.

Na opinião de Givón (1979), a língua escrita é uma transposição da oral, e é indiscutível que ela tem relações genéticas com a fala. Por sua vez, Berruto (1985) salienta que os princípios

fundamentais de funcionamento da língua falada intervêm de forma conjunta e são os seguintes: egocentrismo, simplificação, falta de faculdade de planejamento, possibilidade de perceber dispositivos capazes de melhorar a articulação discursiva e sua decodificação em relação ao ouvinte e às exigências do processo de informação.

Verifica-se que a língua falada não possui uma gramática própria; suas regras de efetivação é que são distintas em relação á escrita. O que existe é maior liberdade de iniciativa por parte de quem fala.

Além disso, segundo Marcuschi (1993, p. 4-5), “as diferenças entre fala e escrita não se esgotam nem têm seu aspecto mais relevante no problema da representação física (grafia x som), já que entre a fala e a escrita medeiam processos de construção diversos”.

## **CONSIDERAÇÕES**

Com a pesquisa realizada constatamos que embora existam correlações entre fala e escrita, o ato de escrever é muito diferente do ato de falar. A diferença consiste essencialmente na presença do interlocutor durante a fala e sua ausência no momento da escrita.

Ao falarmos, qualquer equívoco na interpretação ou compreensão pode ser imediatamente revisto e resolvido através de uma interrupção de quem nos ouve; além disso, no momento em que dialogamos ou somos ouvidos, outros componentes da "fala" formam um ambiente favorável: gestos, expressões faciais, tons de voz que completam, transformam, reforçam o que falamos.

Entretanto, ao escrever, tudo isso deixa de existir. A exemplo disso, está o vestibular, pois assim que entregamos nossa redação, não será possível complementarmos idéias inacabadas, nem inserir nossos gestos, nosso tom de voz, enfim, a forma particular como nos expressamos ao falarmos.

Em muitos casos, a aquisição da língua escrita não é intercedida pela fala, e o aluno tende a se convencer de que é incapaz de adquirir esse conhecimento. Dessa forma, o educando termina reproduzindo a escrita da forma como fala. Conseqüentemente, o professor permanece corrigindo o “erro” do aluno que, na verdade, só está tentando acertar, no momento que representa graficamente aquilo que está inserido na sua fala.

É preciso que os alunos tenham acesso direto a diversos textos escritos para que seja capaz de perceber a formação da língua escrita; além de se notar que dependendo do texto, a escrita pode ou não está mais próxima da oralidade.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Norma lingüística**. Editora Loyola. São Paulo, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A Língua Falada no Ensino do Português**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL RÉ, Alessandra. **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística**. Ed. Contexto, 2006.

EDWIN, B. Williams. **Do latim ao português**. 2 ed. Editora Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1973.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna**. 6. ed. Editora Cortez. São Paulo, 2007.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. 3 ed. Editora Ática. São Paulo, 2002.

KATO, Mary Aizawa. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. 7 ed. Editora Ática. São Paulo, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 6 ed. Editora Cortez. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Análise da conversação**. Editora Ática. São Paulo, 1986.

PRETI, Dino (org.). **Interação na fala e na escrita**. 2 ed. Editora Humanista. São Paulo, 2003.

SLOMA, Lazoar Tatiana. **Psicolinguística aplicada ao ensino de línguas**. São Paulo. Ed. Livraria Pioneira, 1979.

SPINA, Segismundo. **História da língua portuguesa**. Ed. Ática. São Paulo, 1987.